

Maurício Tragtenberg: notas sobre uma pedagogia radical e libertária

Lidnei Ventura*

Gustavo José Assunção de Souza**

Introdução

Embora seja extensa a historiografia político-educacional brasileira em estudos sobre a obra de Maurício Tragtenberg, tendo por consequência um verdadeiro escrutínio do autor e suas profícuas contribuições em diferentes áreas da produção intelectual brasileira, partimos aqui da ideia de Goethe de que algo [autores e obras] que ganha grande repercussão não pode ser mais efetivamente julgado. Exemplo disso é a obra e Tragtenberg.

Em casos assim, de tamanha proeminência, eivado de dezenas de comentaristas em mais de uma centena de livros, artigos, resenhas, dissertações e teses, não poderíamos sequer tentar uma síntese, ainda que provisória do autor e sua vasta obra. Mas, procuraremos, na linha de Walter Benjamin, perseguir alguns rastros, fragmentos de histórias que possam nos oferecer nuances menos acentuadas na historiografia geral.

De modo que o presente artigo tem o objetivo de apresentar algumas imagens de pensamento sobre um dos mais proeminentes polígrafos brasileiros do século XX, cuja vida e obra se misturam numa inaudita simbiose que se efetiva na luta política pela emancipação humana, ou traduzido numa linguagem anarquista, na *práxis* libertária. Já que em poucos autores vemos tamanha intensidade na envergadura da obra e na apaixonada vida anarco-sindical.

Tragtenberg foi pioneiro em diversos temas de interesse social e acadêmico, ainda na década de 1950 (LÖWY, 2019). Sua verve autodidata permitia relacionar [e escandalizar] temas não convencionais, tais como Kafka-burocracia, anarquismo-marxismo ou, para a ira dos ortodoxos, marxismo-burocracia-weberianismo, o que acabou por revelar a construção não só de um marxismo heterodoxo, como ele mesmo

* Doutor em Educação. Professor Adjunto do Departamento de Pedagogia a Distância, do Centro de Educação a Distância - Universidade do Estado de Santa Catarina.

E-mail: llrventura@gmail.com

** Graduado em Pedagogia pela Faculdade Municipal da Palhoça. Mestrando em Educação - Universidade do Estado de Santa Catarina.

E-mail: gustavo.souza@aluno.fmpsc.edu.br

chamou, mas também de um anarquismo heterodoxo. Isso em um momento em que no Brasil praticamente não se conhecia Kafka, se conhecia pouquíssimo Max Weber, pensador que a linha dura da esquerda comunista não aceitava em suas fileiras, assim como não era permitido relacionar anarquismo e marxismo em função do banimento dos anarquistas da Segunda Internacional Trabalhista.

Uma obra multifária como a elaborada por Tragtenberg pode nos trazer lições importantes. A primeira delas é a importância da literatura para compreensão da sociedade, pois na medida em que os escritores conseguem captar um certo “espírito do tempo” [*Zeitgeist*], podem se tornar chave de interpretação de diversos problemas sociais. É esse o caso de Kafka, em quem Tragtenberg vislumbra o poder opressor da burocracia, do Estado e da tradição, antecipando a monumental obra de Weber sobre a burocracia: sua metáfora do capitalismo como “gaiola de ferro”.

Levando em conta informações de Löwy (2019), há diversos relatos de que o próprio Kafka frequentou manifestações anarquistas, o que certamente nos dá indicações de onde provinham as intuições de Tragtenberg acerca do escritor tcheco. Vale lembrar, ainda, a descendência judaica, origem de um conjunto de estigmas que serão encontrados também em Kafka. Como aponta Silva (2004), Tragtenberg e Kafka passam por uma travessia na tradição judaica que é um composto das tensões das guerras europeias (externas), com as tensões próprias da ortodoxia judaica (internas), como a autoridade dos ritos em conflito direto com os usos do dinheiro pela comunidade judaica. E ambos se tornaram escritores multiformes.

Outra marca de escritura multimoda de Tragtenberg é a façanha de desafiar a intelectualidade de esquerda da metade do século XX e trazer para a explicação da burocracia a obra de Max Weber, tido como pensador liberal, positivista e pró-capitalista. Tragtenberg não só não se contenta com esse rótulo, como vislumbra no sociólogo alemão um crítico e não um defensor do capitalismo. De modo que sua análise sociológica da burocracia é realizada em duas dimensões: de um lado usa categorias weberianas, tais como a impessoalidade e a ampla dominação do “corpo” do Estado por técnicos burocráticos [mandarins] e, por outro, serve-se de categorias marxistas tais como luta de classes, relações dialéticas entre infra e superestrutura que derivam e são derivadas do modo de produção capitalista que, por fim, reificam sua reprodução.

Dessa análise tão acurada e inaudita para os anos de 1950, resulta outra mestiçagem tragtenberguiana entre marxistas e anarquistas. Dos segundos, adota toda tradição antiautoritária que marca o ideário anarquista desde as primeiras formulações [como em Willian Godwin, por exemplo], proferindo assim uma ferrenha crítica da burocracia enquanto *ethos* de dominação pelo processo de hierarquização e

fragmentação do trabalho na sociedade burguesa. Dessa análise, extrai como consequência prática a necessidade de construção de sistemas de auto-organização da vida coletiva, como experienciada por diversos movimentos e autores comunistas [como em Bakunin, Kropotkin e Malatesta].

No outro polo, leitor empenhado de *O capital*, de Marx, adere às explicações socioeconômicas, acatando a tese do papel revolucionário do proletariado, mas cuja organização deve se dar nos moldes da organização libertária e não como “ditadura do proletariado” ou controlado por “iluminados” intelectuais vanguardistas. Nesse aspecto, tece dura crítica à tecnocracia da “teoria de vanguarda” de Kautsky, elaborada por Lenin após da Revolução de 1917 (TRAGTENBERG, 1986). Ao mesmo tempo, se julga um marxista heterodoxo justamente pela prática histórica opressiva do capitalismo de estado implementado no estado soviético, como se vê no livro *Marxismo heterodoxo*, de 1981. Não seria muito atribuir à coragem e à tenacidade de Tragtenberg um novo sujeito histórico contestador: o anarco-marxista. Aliás, o próprio autor se considerava um marxista anarquizante (TRAGTENBERG, 1991).

Essas teses político-sociais não apenas afetam, mas condicionam seu pensamento pedagógico, convergindo-as para o fenômeno educacional ao ofertar à posteridade a construção de uma pedagogia radical e libertária, baseada na autogestão, tal como proposta desde a escola moderna de Ferrer y Guardia.

Como dissemos de início, o objetivo do artigo não é resenhar a obra de Tragtenberg, mas identificar os fragmentos que nos permitam relacionar a pedagogia à vocação político-libertária defendida pelo autor. De modo que as “Notas biográficas” de algum modo iluminem as “Notas de uma pedagogia radical e libertária”, procurando-se vislumbrar o quanto as concepções pedagógicas do autor estão em íntima e inalienável relação com sua própria vida e obra.

Notas biográficas

Maurício Tragtenberg foi um emérito professor, sociólogo e filósofo anarco-marxista brasileiro. Defendeu durante sua vida uma perspectiva revolucionária e crítica da sociedade. Tiveram influência em sua formação acadêmica as teorias criadas “[...] por pensadores como Lobrot, Establet, Bourdieu, Benjamin, Goffmann, Weber, Horowitz, Selznick, Francisco Ferrer, Maria Lacerda de Moura, Kropotkin, e mesmo deixando de citar nominalmente Althusser e Foucault” (VALVERDE, 2005, p. 302). Lutava, em seus esforços intelectuais, pela dissolução do patronato conservador europeu e os tentáculos sistemáticos das fórmulas do capital, principalmente neoliberalista, que passou a ditar a ordem do dia com muita força no Brasil durante toda

sua vida [1929–1998]. Segundo Valverde (2005, p. 302), a teoria em seu trabalho intelectual é “[...] urdida entre a perspectiva marxista-libertária e a trama da sociologia ‘compreensiva’ weberiana”, questão essa digna de grandes embates teóricos e práticos na sua militância educacional e sindical.

Tragtenberg nasceu no interior do Rio Grande do Sul, em Getúlio Vargas, no dia 4 de novembro de 1929. Passou a infância em Porto Alegre, mas conheceu “[...] as primeiras letras em Erebangó, depois Erexim, numa escola pública que funcionava num galpão” (TRAGTENBERG, 1991, p. 3). Mudou-se com a família para São Paulo, onde habitou à rua Tocantins, no bairro do Bom Retiro: “Eu freqüentava o ‘Thalmud Torá’, uma escola judaica ortodoxa. De manhã estudava as matérias comuns do ciclo primário e à tarde o índice hebraico e comentários do Velho Testamento” (TRAGTENBERG, 1991, p. 4).

É interessante pensar que, como nos apresenta em seu memorial à Faculdade de Educação da Unicamp, para prestar concurso de professor-titular na disciplina “Teoria das Organizações”, a construção de seu pensamento foi realizada gradualmente como autodidata e pela interpolação em partidos políticos que fizeram de sua trajetória formativa *universidades* construtoras e captadores de capital cultural. Essa ideia de deslocamentos pessoais e institucionais que Tragtenberg chamou no seu memorial de “universidades”, aponta para a noção anarquista de que as práticas sociais são formadoras de identidades e usinas de aprendizagem, reservando um lugar especial no autodidatismo em sua obra e em sua vida.

A sua primeira ligação política se deu com o ingresso no Partido Comunista Brasileiro (PCB) com o qual Tragtenberg entra em comunhão em sua adolescência. Mas Maurício não pôde se entregar completamente às premissas partidárias por conta da disciplina autoritária implicada nos encontros do partido e pelos interesses políticos serem fechados em seu próprio circuito de ação política. Conforme Silva (2004, p. 50), “O PCB arrogava-se o monopólio da verdade revolucionária; os de fora, mesmo à esquerda, eram considerados trãsfulgas, traidores da classe operária, hereges que mereciam a excomunhão”. Também vale lembrar que foi nessa experiência com o partido que Tragtenberg pôde interagir com pessoas de diferentes segmentos ideológicos, o que contribuiu para acumular capital cultural de resistência militante e política, além de abrir novos horizontes e perspectivas.

Tragtenberg continuou sua jornada formativa por meio da militância política, movimentando-se por diversos partidos. No Partido Socialista Revolucionário (PSR) conheceu Florestan Fernandes sob influência de Hermínio Sacchetta, a quem Tragtenberg considerava como a figura de um pai social, “o Velho”, como chamava

carinhosamente. Já no Partido Socialista Brasileiro (PSB) conheceu Antônio Cândido, Aziz Simão e Paul Singer, entre outros. Essas passagens por diferentes percursos formativos, entre as diversas famílias que lhe acolheram com um arsenal crítico, propiciaram-lhe um vasto leque de formas de ver o mundo e exercer a resistência política.

Por força de vontade de iluminação, frequentou na juventude a Biblioteca Mário de Andrade e, num círculo de amigos chamado “grupo da biblioteca”, discutiam fervorosamente o que liam.

Seus antepassados, mais precisamente seus avós, fugiram dos *pogroms russos* [perseguição perpetrada aos judeus com anuência das autoridades da Rússia Imperial e depois pelo Exército Branco durante a Revolução de 1917] e se instalaram como colonos no Rio Grande do Sul. Seus trabalhos como agricultores estavam embebidos na resistência de uma classe camponesa que, por um desejo íntimo e resiliente, desenvolviam a própria subsistência em Erebangó. Em suas palavras, “Todos eram alunos e professores, e aprendiam ao mesmo tempo os segredos do cultivo da terra. [...] lia-se em Erebangó muitos autores anarquistas russos, como Kropotkine, Bakunin, especialmente Tolstói” (TRAGTENBERG, 1991, p. 3). Esta marca conjura na trajetória da experiência autodidata de Tragtenberg uma latência revolucionária e anarquista que influenciará toda a sua trajetória intelectual.

As repressões da Ditadura Militar no Brasil marcaram profundamente a vida de Tragtenberg. Foi exonerado de seu cargo de professor no Ensino Secundário, sem processo e sem defesa, pelo Ato Institucional nº 1, em 9 de outubro de 1964, pelo Diário Oficial. Também foi forçado a abandonar a função de professor contratado na universidade em São José do Rio Preto, atualmente um dos campos da UNESP. Retornou após longos anos de perseguição pela ditadura, partindo com sua família para São Paulo e iniciando um novo contrato com a USP e com a PUC de São Paulo, na área de História, também trabalhando na Fundação Getúlio Vargas. Todavia, é forçado a encarar uma nova demissão pelo efeito retroativo, em 1969, com a implementação do Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969 da Junta Militar, coagindo-o a não desenvolver trabalhos remunerados em fundações que recebessem dinheiro do estado. Esses fatos nos mostram a imensa dificuldade que Maurício passou como professor brasileiro lutando justamente contra aquilo que criticava na sua densa produção intelectual: poderes totalitários e burocráticos, dominação, subserviência e, principalmente, contra a *delinquência acadêmica*.

O texto *A delinquência acadêmica* apresentado em 1987 no Primeiro Seminário de Educação Brasileira em Campinas/SP, Tragtenberg retrata as cicatrizes que lhe foram

impostas pela academia. Na sua visão, a *delinquência* expõe a submissão dos fins educacionais aos meios, sua inversão ideologicamente marcada e em como as universidades se submeteram ao poder do capital por meio de um imbricado sistema de recompensas burocratizadas que exercem dominação sobre os alunos e professores, configurando-se como uma instituição anti-povo e elitizada. Assim, o saber produzido nas instituições de ensino superior classista se rende ao circuito vicioso de serviço ao poder. A usina do saber humano, na qual foram depositadas as fichas do humanismo para a produção de uma sociedade melhor, tornou-se paulatinamente um *locus* de um sistema de exame que suaviza a complexidade do ambiente social e dociliza disciplinarmente os processos de construção de conhecimento desembocando “[...] numa fábrica de boa consciência e delinquência acadêmica, daqueles que trocam o poder da razão pela razão do poder” (TRAGTENBERG, 2002, p. 2).

No círculo vicioso da academia, para Tragtenberg (2002), as “panelas” que se organizam nas academias entre os doutos senhores não buscam de forma alguma pensar “a partir” e “de acordo” com os as necessidades reais da sociedade brasileira. Neste contexto, a delinquência acadêmica é uma fuga para o interior dos centros administrativos que ignora o problema da dominação de classes, a má distribuição das rendas, as singularidades culturais e a emergência de uma dificuldade fundamental: o ordenamento das terras brasileiras. O passaporte acadêmico serve, portanto, a uma passagem aos escalões superiores da sociedade, para as patentes burguesas que apreciam com distância as ruínas de seu próprio capital. Como um revolucionário anarquista, Tragtenberg vê tudo isso como o cenário de uma bancarrota que se escancara na produção do saber pelo poder.

A academia retratada por Tragtenberg (2002) tem como imagem de pensamento o livro de Lima Barreto, o *Cemitério dos vivos*. Neste livro está registrado o controle exercido nos manicômios, no cárcere da diferença da loucura, na anulação do ser complexo na unidade da disciplina: o depósito dos loucos e dos marginais, no qual da janela de seu quarto a personagem de Barreto reclama aturdida, pois no pátio circulam os negros, os pobres e os bandidos. O manicômio é o claustro forçado aos seres heterogêneos que se recusam a se adaptar aos protocolos dos seres homogêneos. O *cemitério* torna-se um quadro da morte da singularidade, que, amordaçada, não pode gritar suas afirmações mais essenciais.

A delinquência de que fala Tragtenberg (2002) consiste, assim, no protocolo administrativo do saber pelo poder. Diz ele: “A delinquência acadêmica se caracteriza pela existência de estruturas de ensino onde os meios (técnicas) se tornam os fins, os fins formativos são esquecidos” (TRAGTENBERG, 2002, p. 5). As técnicas burocráticas,

tema recorrente na sua obra, tem como finalidade a administração do saber pela limpeza do divergente, a esterilização da ideologia maquiada sob o signo do saber neutro, o modelamento topográfico das posições da régua do conhecimento, na qual as escolas são os “depósitos” dos alunos, que em cárcere subserviente perdem gradativamente a força da ação revolucionária.

A aposta radical de Tragtenberg é que no futuro ocorra a criação de canais alternativos aos professores e alunos de produção participativa e cooperativa de conhecimento, sem ordens de mando e sem burocracia administrativa dos meios, sem a inversão do saber aos usos deleitosos do poder técnico. Essa perspectiva remonta a um traço marcante de sua infância que destaca em seu memorial: “Pela manhã era acordado pelo meu avô, com a pergunta: o Messias já chegou?” (TRAGTENBERG, 1991, p. 2). Para lembrar, o messias judaico é ainda aguardado.

Podemos dizer que Tragtenberg assume o papel do anjo esquerdo da história, que percebe os flagelos do tempo homogêneo e vazio do progresso, um concentrado de sempre-igual, de linearidades e de serialização do idêntico, que remonta às críticas tecidas por Walter Benjamin. Em certos aspectos, Tragtenberg dá sentido e existência ao poema do anjo de Haroldo de Campos (1998):

[...]
somente o anjo esquerdo
da história escovada a
contrapelo com sua
multigirante espada po-
derá (quem dera!) um dia
convocar do ror
nebuloso dos dias vin-
douros o dia
afinal sobreveniente do
justo
ajuste de
contas

E no seu ofício de historiador, Tragtenberg procurou implacavelmente escovar a história a contrapelo fazendo caber nela e dando voz aos dominados, a esse excedente humano desprezado pelo neoliberalismo que se marginaliza no cotidiano, aos injustiçados e esquecidos.

Por uma pedagogia radical e libertária

Em qualquer livro que se leia de Tragtenberg, nas linhas e entrelinhas se percebe a presença dos seus clássicos de inspiração. Embora, como já foi dito, resplandeça de sua produção um vasto rol de conhecimentos provenientes de diversas áreas, a obra dos anarquistas de todas as gerações e suas experiências e lutas marcam indelevelmente as suas próprias convicções e proposições.

Um tema que lhe é caro, e que está diretamente ligado à sua vida, é a questão do autodidatismo. O fato de ter entrado na universidade sem ter concluído o ginásio [ensino médio atual] por meio de apresentação de uma monografia para prestar vestibular, como previsto no regimento da USP/SP, certamente o teria convencido de que o processo de aprendizagem é, sobretudo, autodidático. Esse tema transborda da sua obra. Como faz questão de destacar, no lindo e profundo artigo “Francisco Ferrer e a pedagogia libertária”, no livro *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*, que a questão social da Espanha do final do século XIX é “[...] colocada na arena da sociedade global por pensadores políticos de formação autodidata” (TRAGTENBERG, 1990, p. 97). Sobre isso, aliás, gostava de reiterar seu “3º ano primário”.

No seu emocionante “Memorial”, apresentado no concurso para vaga de professor-titular da Faculdade de Educação da Unicamp, citado anteriormente, destaca sua longa relação e trajetória autodidática:

O horário de trabalho era do meio-dia às dezoito horas, de segunda a sexta-feira. Isso possibilitava-me pela manhã e à noite frequentar a Biblioteca Municipal Mário de Andrade e lá ler o que me interessava, discutindo com outros autodidatas, nas saídas ao “cafezinho”, sobre as leituras que fazia. O chamado ‘grupo da Biblioteca’ era composto na época por Sílvia Leser, Bento Prado Jr., Aracy Martins Rodrigues, Carlos Henrique Escobar, Flávio Rangel, Antunes Filho, Maria Lúcia Montes, Leôncio Martins Rodrigues, Cláudia Lemos. Lia-se de tudo, de Aristóteles a Sprengler, passando por Fernando Pessoa, Sá-Carneiro e José Régio.

Embora tal depoimento nos sirva também de denúncia quanto à sistemática seletividade do ensino brasileiro, revela outro aspecto sempre presente na obra de Tragtenberg, o mutualismo, tanto do ponto de vista da teoria anarquista desenvolvida por Kropotkin, quanto da aprendizagem mútua com os amigos do “grupo da biblioteca”. Depois das leituras individuais, o grupo relacionado acima, grupo autogerido, sem hierarquia, punha-se a discutir as leituras que faziam. Vem daí e da tradição familiar os dois maiores legados da pedagogia libertária de Tragtenberg: ajuda mútua e autogestão.

Desses princípios resulta uma visão de mundo diametralmente contrária ao hegemônico princípio liberal individualista. Desde suas origens, ainda em Godwin, o princípio do anarquismo é a procura do bem comum, como o autor diz no seu *Inquérito sobre a justiça política*, de 1793:

Numa sociedade em que todos vivem em meio a abundância, compartilhando igualmente das riquezas que a natureza oferece, esses sentimentos [ódio, vingança, inveja etc.] desapareceriam inevitavelmente. Se nenhum homem fosse obrigado a guardar o pouco que pertence, ou tivesse que prover, com sofrimento e angústia, todas as necessidades incessantes, cada um deixaria de pensar em si para pensar no bem comum. Nenhum homem seria inimigo do seu vizinho, pois não teriam razão de disputa e, em consequência, a filantropia voltaria a ocupar o lugar supremo que lhe foi concedido pela razão (GODWIN apud WOODCOCK, 1981, p. 119).

Esses são os fundamentos também da Escola Racionalista de Ferrer, em boa medida apoiada nos escritos de Kropotkine, autor de *Auxílio Mútuo* [1902], no qual o autor expõe sua teoria evolutiva anarquista, rivalizando com a teoria individualista de Darwin, e defendendo a ideia de que o processo de evolução humano sempre esteve condicionado à ação solidária dos indivíduos entre si e não pela exclusividade da lei do mais forte ou do *todos contra todos e cada um por si*. Pois “[...] o que Kropotkin provou, e isso tem grande importância no pensamento anarquista, foi que o homem primitivo parecia buscar naturalmente padrões de cooperação” (WOODCOCK, 1981, p. 28).

Antes de nos determos mais especificamente aos fundamentos da pedagogia anarco-radical de Tragtenberg, vale menção a um fato pessoal que o liga diretamente ao educador anarquista Francisco Ferrer y Guardia. O modo como destaca a condenação sem defesa no julgamento Ferrer no artigo “Francisco Ferrer e a pedagogia libertária” lembra muito sua própria condição, como vimos, de ter sido demitido da USP em 1964, sem direito da defesa, sendo-lhe, portanto, vedadas as condições materiais necessárias para o sustento da mulher e três filhos. Foi novamente o mutualismo, a ajuda dos amigos e até mesmo de algozes, que iriam lhe tirar do ostracismo.

Todas essas experiências pessoais certamente guardam um lugar nas suas decisões pedagógicas e na severa crítica do sistema educacional vigente, resultando numa pedagogia radical e libertária.

Comentários sobre uma pedagogia radical?

Embora o termo pedagogia radical esteja mais associado ao nome de Henry Giroux e da Teoria Crítica, são muito claras as convergências ideológicas e políticas com a ideias de Tragtenberg, sobretudo no que concerne à clara opção por uma escola anti-

liberal e, portanto, anti-capitalista. A crueza da crítica incide sobretudo na sociedade de classes, na dominação burocrática e na exploração do trabalho e do trabalhador. Neste sentido, a palavra radical deve ser buscada na assertiva de Marx (2010, p. 151) na introdução da *Crítica Filosofia do Direito de Hegel*: “Ser radical é pegar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem”. Isso significa olhar para as coisas do jeito que são, em sua concreticidade, como coisa humano-histórica, e não como são concebidas ou imaginadas.

Neste sentido, Tragtenberg, ao identificar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, apoiado sobretudo em seus inúmeros referenciais anarquistas, vai à raiz dos principais arcanos do capitalismo, a saber, a propriedade privada, o lucro, a exploração do homem pelo homem, a estratificação burocrática do Estado e a domesticação do proletariado, produzindo, a partir dessa lente, uma crítica radical desse *modus operandi* burocrático, considerando-o esquizofrênico e, parafraseando Shakespeare, considerava que essa forma se realiza tendo a “loucura como método” (TRAGTENBERG, 1990, p. 58).

Aplicado à educação, tais princípios levam a uma proposição radical: reinventar a escola e a universidade, quebrando suas estruturas de decisão centralizada, seus mecanismos de cooptação do trabalho intelectual dos professores e a conversão dos meios em fins da educação e deslocamento dos fins na burocracia.

A proposição radicaliza cada vez mais na medida em que tanto a escola quanto a universidade como instituições de dominação, usadas pelo sistema para alienar as massas e impedir resistências, docilizando os trabalhadores. É assim que o autor percebe a administração universitária brasileira:

Administrar, acima de tudo no Brasil é vigiar e punir. Administração acima de tudo é PODER. Como qualquer poder, o poder burocrático tende à expansão. A universidade é uma instituição dominante, além disso, ligada à dominação. Até hoje a universidade brasileira formou assessores de tiranos, é o antipovo. Criada para produzir conhecimento, ela se preocupa mais em controlá-lo. A dominação que passa pela relação professor/aluno aparece através do sistema de exames. A universidade, acima de tudo, faz exames, é o coroamento burocrático do saber. A pedagogia burocrática se define pela valorização das aulas magisteriais, avaliação regida através do sistema de notas e troca de informações entre professores sobre aluno. Isso mostra uma pedagogia repressiva (TRAGTENBERG, 1990, p. 55).

Essa esclerose funcional da universidade se espalha para a sociedade em geral, chegando à escola elementar, cuja retomada de seu papel social a favor da classe

trabalhadora só pode se dar não a partir da discussão da instituição em si, mas a partir da discussão no âmbito da política. Isso pelo fato de que “rediscutir prioridades significaria abrir o sistema político brasileiro, em primeiro lugar, porque a discussão de prioridades antes de tudo é problema político. Problemas de relação de poder” (TRAGTENBERG, 1990, p. 137).

Ao fim e ao cabo, uma pedagogia radical deve não somente denunciar a seletividade e esclerose do sistema atual, mas propor a sua superação pela implementação de uma pedagogia libertária.

Comentários sobre uma pedagogia libertária?

A crítica radical que Tragtenberg faz ao sistema educacional atual não é mera denúncia ou abstração. Está calcada nas experiências anarquista reais, isso desde a sua própria formação familiar, pois para ele a aprendizagem escolar não se opõe a vida; ao contrário, é preciso levar para escola a vida real, materializada pelas vivências, saberes e práticas culturais que os sujeitos do processo educativo encarnam. Para ele, em boa medida, todos somos autodidatas e a autogestão pedagógica “[...] é orientada no atendimento às motivações do aluno, daí sua disponibilidade à aprendizagem significativa” (TRAGTENBERG, 1990, p. 59).

E o exemplo melhor acabado desse tipo de educação é a da Escola Racionalista Moderna de Ferrer y Guardia, considerado por Tragtenberg (1990, p. 91) como “mártir do pensamento livre”, cujos princípios sintetizam o projeto de tal empreendimento educacional, embora não fosse ele propriamente um pedagogo. Assim explica o educador espanhol:

Reconhecendo minha incompetência com relação à técnica pedagógica, mas não confiando demasiadamente nos pedagogos titulados, considerando-os ligados, em grande parte, ao atavismo profissional, dediquei-me a encontrar pessoas que, por seus conhecimentos e prática, formulassem o programa da Escola Moderna que deveria ser não o tipo perfeito da futura escola de uma sociedade razoável, mas sua precursora, a possível adaptação racional ao meio, em outras palavras, a negação positiva da escola do passado perpetuada no presente (FERRER apud TRAGTENBERG, 1990, p. 105).

Tragtenberg (1990, p. 107) resume o projeto de uma educação radical e anarquista, em compasso com Ferrer:

A finalidade da pedagogia moderna é uma orientação que tende a uma sociedade justa, mostrando às novas gerações as causas dos desequilíbrios sociais,

preparação de uma humanidade feliz, livre de ficções mitológicas e de uma submissão à desigualdade econômico-social, como se ela fosse um inevitável destino. 'Não podemos confiá-la ao Estado, nem a outros órgãos oficiais na medida em que são sustentáculo dos privilégios, obrigatoriamente conservadores e fomentadores das leis que consagram a exploração do homem.

E para que o projeto pedagógico tenha êxito, é preciso cultivar, em todo o processo educativo, alguns fundamentos amplamente contrários ao liberalismo, incentivando a cooperação em detrimento da competição; a ajuda mútua em detrimento do individualismo; a autogestão em detrimento da burocratização do Estado; a atividade do aluno em detrimento da passividade, a tolerância e o igualitarismo em detrimento da discriminação de toda ordem; a democratização das ações e decisões em detrimento da hierarquia e do mando; socializações de produções criativas em detrimento dos exames, dentre outros ainda não cultivados na educação brasileira, mas que podem ser tidos como sementes cultivadas há muito tempo e que de uma hora para outra devem germinar.

Como se pode ver, os princípios acima são valores fundamentais de uma Pedagogia Radical e Libertária, baseada na seguinte tríade dialética: antiautoritária e antiburocrática e anti-hierárquica. Se coloca como radical no combate ao status quo da sociedade atual subsumida ao ethos espoliador do sujeito, da cultura e da riqueza socialmente produzida. E se coloca como libertária na medida em que propõe a revolução das condições opressoras geradas na reprodução de mesmo ethos, que pode ser traduzido na ética protestante e no espírito do capitalismo, para usarmos Max Weber, um autor referenciado por Tragtenberg,

À guisa de considerações finais

A obra de Maurício Tragtenberg, seja no campo político-sindical ou político-educacional, ainda tem muito a dizer ao presente. Sua crítica às condições de exploração imanentes ao capitalismo e sua estrutura burocrático-autoritária de reprodução é muito atual, sobretudo no caso brasileiro, em que uma onda avassaladora de autoritarismo, dominação burocrática e espoliação dos trabalhadores capitaneada pelo processo indecente de uberização e desregulamentação do marco legal de proteção ao trabalho grassa praticamente sem resistência devido à desmobilização do sindicalismo que teima em não se reinventar.

Na educação também se percebe a falta que faz um bravo com Maurício para combater o bom combate atual e denunciar o produtivismo acadêmico, o toyotismo educacional e sua redundância em novas forma de *delinquência acadêmica*, cultivada

amplamente na educação básica e na superior, quando se valoriza mais as titulações, exames e láureas do que a produção do conhecimento vivo. E ir além, saindo da denúncia e se engajando nos vários movimentos de lutas a favor de uma sociedade igualitária, pois Tragtenberg não era um intelectual de gabinete, nem se pretendia vanguardista, mas simplesmente companheiro de front.

Diante da grande obra legada pelo autor, esse artigo apenas esboçou algumas notas que devem ser tomadas como filigranas de imagens brilhantes de pensamento de um dos maiores intelectuais brasileiros do século XX.

Referências

CAMPOS, H. **Crisantempo**: no espaço curvo nasce um. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LÖWY, M. **90 anos de Maurício Tragtenberg**: pensar é resistir. Realização de PEPG em Filosofia da PUC-SP. São Paulo: TVPUC, 2019. (71 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3a3u2oal7p8>>. Acesso em: 20 set. 2020.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SILVA, A. O. da. **Maurício Tragtenberg e a pedagogia libertária**. 2004. 226 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o socialismo**. São Paulo: Moderna, 1986.

TRAGTENBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1990.

TRAGTENBERG, M. Memorial Maurício Tragtenberg. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 79-87, abr. 1991.

TRAGTENBERG, M. A delinquência acadêmica. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 1-5, jul. 2002.

VALVERDE, A. J. R. Maurício Tragtenberg. **Verve**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 301-307, jun. 2005.

WOODCOCK, G. **Os grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: L & PM, 1981.